



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A5 GERAL
Data: 03/10/2012

EXTRAJUDICIAIS

Cartórios podem estar devendo mais de R\$ 10 mi ao município

FOTO: MIRAILTON OLIVEIRA



■ **Renê Erba:** “dívida deverá ser paga”

Matéria postada no site oficial do Ministério Público Estadual (MPE) revela que a Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária, comandada pelo promotor de Justiça Renê Erba, apurou, através do Inquérito Civil Público nº 81.12.01.0004, que os cartórios extrajudiciais da capital sergipana estariam devendo mais de dez milhões de reais ao município de Aracaju.

Ainda de acordo com Renê Erba, a discussão a respeito do pagamento ou não desses tributos já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que não atendeu à Ação proposta pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (NOREG/BR) e determinou o pagamento da dívida tributária – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Ainda de acordo com Renê Erba, a discussão a respeito do pagamento ou não desses tributos já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que não atendeu à Ação proposta pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (NOREG/BR) e determinou o pagamento da dívida tributária – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Esses cartórios são responsáveis por registros e transferências de imóveis, registros de nascimentos, certidões de casamento e óbitos e autenticação de documentos, em troca de taxas cobradas ao cidadão pela utilização de tais serviços. “A dívida deverá ser paga, já que, de acordo com a Lei Federal nº 8.935/94, dentre as obrigações atribuídas aos cartórios que prestam serviço público, está a de pagar regularmente os tributos devidos”, informou o promotor de Justiça.

• **Mudança**

A partir desta semana, a Administração Superior do Ministério Público Estadual já funcionará no Edifício Governador Luiz Garcia, nova sede da Instituição, localizada no bairro Capucho. A mudança segue um cronograma elaborado com a finalidade de não prejudicar a prestação dos serviços.

“O Edifício Walter Franco já não é mais adequado ao volume e à complexidade das funções atribuídas ao Ministério Público”, disse o Promotor de Justiça Dr. Eduardo Franklin Miranda de Oliveira, Assessor da Procuradoria-Geral de Justiça. Ele acrescentou que a nova sede, dotada de ampla estrutura, atenderá melhor às demandas da sociedade. “É um prédio onde poderemos trabalhar melhor em benefício das pessoas que recorrem diariamente ao MPE em busca de justiça”, frisou.